

Con. Brasil - ANC

Ordem Econômica

usucapião para solo urbano

Da Sucursal de Brasília

A restrição das atividades da União, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal na economia, que a partir de agora só poderão criar novas empresas estatais e subsidiárias mediante prévia aprovação legislativa; o fim dos contratos de risco para prospecção de petróleo por empresas estrangeiras na plataforma continental brasileira; a limitação dos investimentos estrangeiros em setores de interesse nacional e a criação da figura do usucapião urbano. Estas são as principais novidades do pré-relatório que senador Severo Gomes (SP), 62, relator da Comissão de Ordem Econômica do Congresso constituinte, concluiu na noite de ontem.

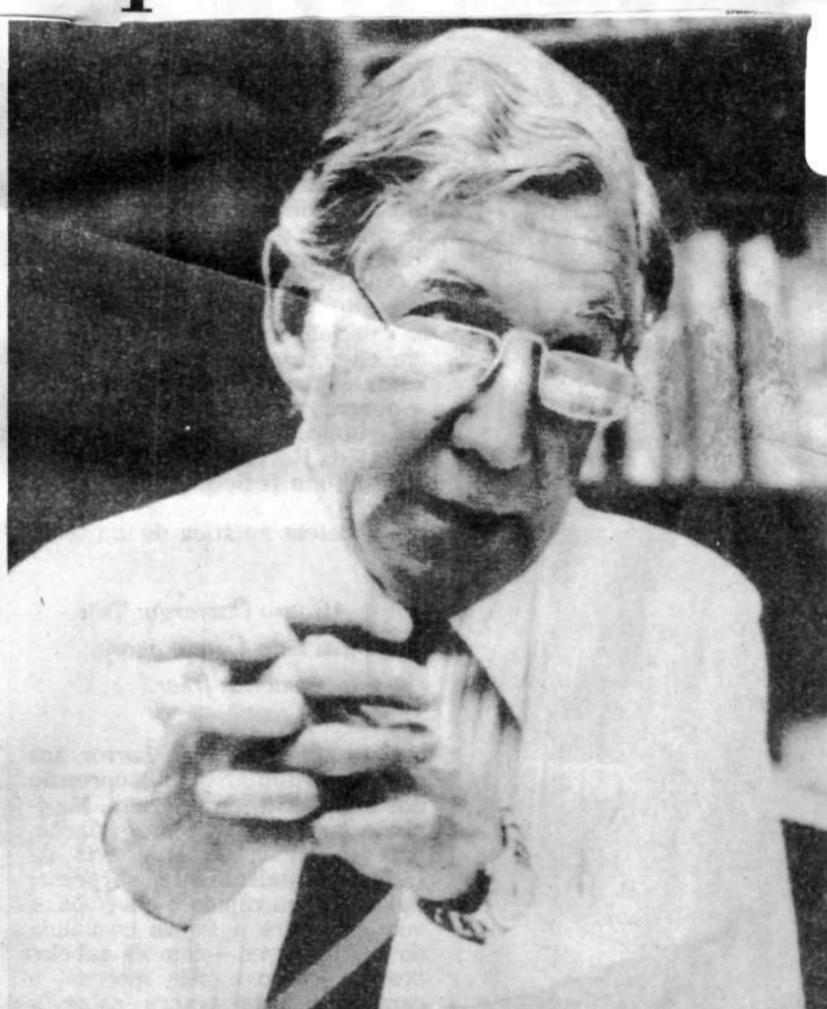
Sete horas de reunião com a cúpula do PMDB na véspera, que se estendeu até às 2h da madrugada de ontem, não foram suficientes, porém, para eliminar pontos ainda divergentes entre as várias correntes políticas que compõem a comissão. Entre eles, estão a retirada da aviação civil da alçada do Ministério da Aeronáutica, mudanças na desapropriação de áreas urbanas e a emissão imediata da posse de terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

Sobre este último ponto prevaleceu o consenso de que a desapropriação deverá ser imediata, porém se os desapropriados provarem na justiça que a área cumpria suas funções produtivas e sociais serão indenizados à vista, e não no prazo de vinte anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Reserva de mercado

O relatório prevê a reserva de mercado para empresas nacionais "em setores considerados estratégicos, essenciais à autonomia tecnológica e de interesse para a segurança nacional". Também veda ao governo assumir "compromissos multilaterais ou binacionais no país que prejudiquem o desenvolvimento econômico ou sua capacitação científica e tecnológica".

O relatório estende o monopólio já existente para materiais férteis e fósseis (minerais estratégicos) ao



O senador Severo Gomes (PMDB-SP) concluiu ontem seu pré-relatório

enriquecimento desses materiais, não previsto na legislação atual. E prevê a prescrição automática das atuais concessões de pesquisa e lavra de minerais no prazo de três anos. Se aprovado este dispositivo, a renovação das lavras não será automática e só ocorrerá em caso de interesse nacional. Também transfere à União e torna inalienáveis as jazidas, o patrimônio genético da fauna e flora nativas, as minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia elétrica e as reservas de águas subterrâneas.

A figura do usucapião urbano, previsto no relatório, permite a quem não possui terras rurais ou urbanas assumir o domínio de um terreno até o limite máximo de 150 metros quadrados. Para tanto, porém, precisará estar ocupando a área por três anos, sem contestação de seu proprietário. Preenchidas estas condições, poderá requerer ao juiz o domínio do terreno para usá-lo junto com sua família. A sentença judicial servirá de título para matrícula no registro de imóveis.

Ordem Social

Almir ameniza a estabilidade

Da Sucursal de Brasília

Pontos polêmicos do relatório da Comissão da Ordem Social, como a estabilidade no emprego e a jornada de quarenta horas semanais de trabalho foram "amenizados" durante encontro entre o relator desta comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), o relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM) e o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, na madrugada de ontem. Foi sugerido a Almir Gabriel que trocasse a estabilidade pela garantia de seguridade social.

Os pontos também polêmicos da Comissão da Ordem Econômica, considerados "retrogrados" por Mário Covas, como uma legislação para a reforma agrária aquém do próprio Estatuto da Terra, ganharam tons mais progressistas. A reunião, realizada na casa de Mário Covas, durou até as 2h da madrugada e ocorreu a pedido de Ulysses Guimarães e de Bernardo Cabral, para que os relatórios pudessem chegar à Comissão de Sistematização um pouco mais compatíveis.

estrabismo

O líder do PMDB classificou esse resultado contraditório como "estrabismo". Ele havia afirmado há dez dias que tentaria mudar o perfil conservador de alguns relatórios, principalmente o da Comissão da Ordem Econômica. "Sou obrigado a reconhecer que a Ordem Social avançou demais, enquanto a Ordem Econômica retrocedeu", disse Mário Covas.

Já Ulysses Guimarães, disse que o perfil conservador dos relatórios na primeira fase da Constituinte ocorreu porque os parlamentares formaram "guetos" nas diversas subcomissões com o intuito de defender seus interesses. Ele acha que nas comissões e no plenário da Constituinte a tendência será a inversão: relatórios muito progressistas sofrerão cortes e os muito conservadores avançarão mais.



O senador Almir Gabriel

O anteprojeto que o relator Almir Gabriel (PMDB-PA) levará amanhã aos 64 constituintes da Comissão da Ordem Social deverá preservar na essência os relatórios aprovados nas três subcomissões considerados "progressistas" demais. Questões polêmicas como a estabilidade no emprego e o direito de greve, entretanto, estão sendo objeto de negociações entre o relator e as alas "conservadoras" e "progressista" da comissão e deverão sofrer algum tipo de limitação no texto final a ser levado à Comissão de Sistematização.

No esboço de parecer apresentado por Gabriel aos relatores das subcomissões foi mantida a jornada de quarenta horas, o direito à greve, a proibição da locação e sub-locação de mão-de-obra, o seguro-desemprego, as comissões por local de trabalho, assim como a participação dos trabalhadores na direção de entidades públicas, de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos. O salário-mínimo, fixado por lei, passa a ser vinculado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto a greve só pode ser deflagrada com prévia comunicação à empresa. O anteprojeto trata também da questão do uso do solo e dos subsolos e da questão das reservas indígenas.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Regionalismos dificultam consenso

O principal problema na votação do projeto da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças deverá ser a dificuldade de compor os vários interesses envolvidos. O trabalho de cada uma das três subcomissões que a compõem envolveu grupos com interesses diversos, que agora se fundem. Na Subcomissão do Sistema Tributário, os alinhamentos são principalmente regionais. A maioria destina, e o relatório é de origem nordestina, e o relatório aprovado refletiu isso, criando mecanismos de transferências de tributos que favorecem a região. Contra eles estão agindo os deputados do Sul, o maior prejudicado. Além da questão regional, Estados e municípios lutaram por uma maior fatia dos tributos, e foram atendidos. Espera-se agora uma reação do Executivo, que perde tributos.

Já na Subcomissão do Orçamento, a principal disputa é entre Executivo e Legislativo. Os parlamentares lutam para conquistar o controle dos

orçamentos federais, hoje quase que inteiramente decididos pelo Executivo. Nesse caso, no entanto, há um certo consenso com relação a esse avanço do Legislativo, e não se espera reação imediata do Executivo.

Quanto ao relatório da Subcomissão do Sistema Financeiro, há uma mistura de nacionalismo (a proibição de que bancos estrangeiros operem no Brasil), questões ideológicas (avanço da estatização versus livre iniciativa) e interesses econômicos (como a extinção das cartas patente para a criação de bancos). Além disso, há muitas acusações de erros técnicos, o que complica ainda mais a avaliação do quadro final na votação.

Até agora, esses diferentes alinhamentos vêm se misturando. Há deputados que, por questões regionais, ameaçam votar contra um projeto com o qual concordam ideologicamente, e também o contrário.